

**TERMO DE TITULARIDADE DE CERTIFICADO
DIGITAL DE SERVIDOR/FUNCIONÁRIO PÚBLICO**

Tipo do Certificado: _____
Nº da Solicitação: _____

1. Da identificação do titular do certificado

1.1 Dados obrigatórios

O preenchimento dos dados cadastrais nos campos abaixo é obrigatório e, portanto, os mesmos constarão no certificado digital a ser emitido.

1.1.1 Identificação

Nome: _____ Data de Nascimento: _____
CPF: _____ Matrícula nº: _____

1.1.2 Endereço eletrônico

E-mail: _____

1.2 Do processo de identificação

O titular do certificado declara que:

- Todas as informações constantes na solicitação, provenientes do cadastro no SIGEPE, são verdadeiras e completas.

2 Da geração e utilização do par de chaves criptográficas

O titular do certificado declara que:

- A solicitação de emissão de certificado foi realizada pelo próprio usuário na página do SIGEPE.
- Não permitirá acesso de terceiros à chave privada para a qual solicita este certificado, contida na mídia criptográfica, no caso de token.
- Protegerá sua chave privada, o meio de armazenamento e o código de acesso (senha ou PIN) mantendo-os sob seu exclusivo controle, sendo integralmente responsável pela sua guarda, divulgação e uso indevidos.

3 Do uso do certificado

Ao usar o certificado pela primeira vez o titular estará aceitando-o formalmente, responsabilizando-se pela veracidade dos dados nele contidos, ressalvada a hipótese de emissão imprópria ou defeituosa.

O titular declara ter ciência de que a utilização do certificado obedece, cumulativamente, aos termos da Declaração de Práticas de Certificação (DPC) e da Política de Certificação (PC), ambas da AC emissora do certificado, bem como às orientações, normas e resoluções da ICP-Brasil.

4 Da tecnologia

O certificado digital contém a chave pública e fica armazenado na mídia criptográfica e na AC emissora do certificado. A chave privada fica contida somente na mídia criptográfica (token ou HSM).

O titular do certificado declara ter ciência de que:

- A tecnologia de certificação digital pressupõe a apresentação do documento de identidade eletrônica (certificado digital e suas respectivas informações) quando da realização de transações eletrônicas, visando à identificação correta do autor da ação.
- O certificado digital é um documento de caráter público que identifica seu titular.
- O acesso à chave privada constante na mídia criptográfica é protegido mediante o uso de código de acesso (senha ou PIN) com, no mínimo, 8 caracteres, de conhecimento apenas do titular do certificado.

5 Da validade jurídica dos documentos eletrônicos

Conforme artigo 10, parágrafo 1º, da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, as declarações em forma eletrônica produzidas com a utilização de processo de certificação ICP-Brasil presumem-se verdadeiras em relação aos signatários na forma do Artigo 219 do Código Civil (Lei nº 10.406 de 10/01/2002).

O titular responde integralmente por todos os atos que forem assinados por terceiros, com a utilização de sua chave privada, até que haja a solicitação de revogação do certificado.

6 Da revogação do certificado

O certificado poderá ser revogado pelo órgão que autorizou a emissão do certificado; ou pelo responsável pela autorização (chefia), a qualquer tempo por conveniência da administração, ou pelo titular.

O titular poderá solicitar a revogação de seu certificado a qualquer tempo e deverá, obrigatoriamente, solicitar a imediata revogação do certificado quando:

- Houver comprometimento ou suspeita de comprometimento da chave privada, particularmente em caso de perda, furto, roubo, modificação, acesso indevido à chave privada ou ao seu código de acesso.
- Se constatar emissão imprópria ou defeituosa do mesmo.
- Houver alteração de qualquer informação fornecida pelo usuário constante do mesmo.

A revogação será feita através de solicitação on-line contendo o motivo que originou a referida solicitação, mediante o fornecimento de dados e da ‘frase senha’ indicada na solicitação de emissão de certificado.

A revogação deverá ser solicitada pessoalmente ao Responsável pela Autorização (chefia) caso o titular não se recorde da ‘frase senha’.

As instruções para solicitação de revogação do certificado estão disponíveis na página web da AC emissora do certificado e no SIGEPE.

7 Da indenização

A AC emissora do certificado possui seguro de responsabilidade civil para cobertura dos riscos decorrentes da atividade de certificação digital e de registro, em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

8 Das disposições gerais

Em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil, a AC emissora do certificado não mantém cópia de segurança de chave privada de titular de certificado e-CPF por ela emitido.

A AC emissora manterá o sigilo dos dados constantes dos registros do SIGEPE autorizados pelo titular do certificado.

Ao assinar este Termo de Titularidade para servidor público, reconheço ter sido identificado presencialmente pela unidade gestora de RH do órgão por ocasião da posse, tendo apresentado os documentos que foram inseridos no SIGEPE.

Por determinação do órgão público, como agente público, solicitei a emissão de um certificado digital ICP-Brasil, tipo A3, concordando e assumindo, para tanto, as condições, obrigações e responsabilidades acima citadas.

Local _____ Data _____ / _____ / _____

Assinatura do titular

(O documento deve ser assinado digitalmente com a chave privada do titular conforme disposto na Resolução nº 136, de 08 de março de 2018)

Assinatura do autorizador responsável pelo processo de solicitação de certificado

(O documento deve ser assinado digitalmente com certificado ICP-Brasil)